



UNSW Law & Justice Research Series

Prefácio: O Poder do Patrimônio

Lucas Lixinski

[2023] *UNSWLRS* 68
In: Gilmara Benevides and Walter Lowande
(eds.), *Estudos Críticos De Patrimônio:
Abordagens Transnacionais*
(Tirant Lo Blanch, 2024) 13-21

UNSW Law & Justice
UNSW Sydney NSW 2052 Australia

E: LAW-Research@unsw.edu.au

W: <http://www.law.unsw.edu.au/research/faculty-publications>

AustLII: <http://www.austlii.edu.au/au/journals/UNSWLRS/>

SSRN: <http://www.ssrn.com/link/UNSW-LEG.html>

Prefácio: O Poder do Patrimônio

Lucas Lixinski*

É sempre um grande prazer intelectual poder sentar com uma ótima coleção de textos e considerar o seu importe para o campo, e os seus temas. É um prazer ainda maior quando essa coleção é ao mesmo tempo confortável e desafiadora. Ela nos apresenta ideias familiares de forma nova, ideias novas em discursos familiares, e faz-nos crescer. A presente coleção tem todas essas características. Nesse prefácio, eu pretendo discutir o que vejo como os temas principais da coleção, com vistas a introduzir algumas formas de pensar e conectar os temas dos vários autores.

O grande tema que conecta esses textos para mim, bem como os estudos críticos do patrimônio em geral, é o tema do poder. É um dos temas centrais do campo de estudos críticos do patrimônio e da Associação de Estudos Críticos do Patrimônio, através da qual conheci os organizadores do livro. Considerando-se esse contexto, a minha tese nesse prefácio é de que o poder do patrimônio deve ser usado de formas mais conscientes e proativas. Os estudos críticos do patrimônio já fizeram um ótimo trabalho ao longo do tempo de indicar-nos que patrimônio cultural contém poder, e onde estão as relações de poder ao redor do patrimônio. Agora cabe-nos apresentar formas através das quais esse poder possa ser utilizado para promover justiça social.

Os diferentes temas do livro mostram formas como o poder manifesta-se, esconde-se, e pode ser catalisado em relação ao patrimônio cultural. Como todo estudo crítico, um dos passos preliminares em entender as relações com poder é apresentar e problematizar binários que, pretendendo-se apenas explicar o mundo, acabam criando-o e mediando, possibilitando, ou eliminando certas formas de poder.

Alguns dos binários que aparecem nessa coleção são: entre patrimônio material e imaterial; entre patrimônio cultural e natural; entre visões ocidentais e não-ocidentais; entre o público e o privado; e entre o nacional e o internacional ou transnacional. Cada um desses binários também traz à tona outros temas recorrentes na coleção, e por isso vou usá-los para estruturar esse prefácio.

Material e Imaterial

* Professor Titular, Faculdade de Direito & Justiça, Universidade de Nova Gales do Sul (UNSW Sydney).

Uma das grandes discussões dentro dos estudos críticos do patrimônio é a dicotomia entre material e imaterial. O patrimônio é uma coisa, um lugar, uma existência física? Ou é uma série de relações sociais, culturais, e afetivas que se manifestam através de coisas e lugares, mas são distintas? A resposta, na minha opinião, é que todo patrimônio é de fato imaterial. Um lugar, um objeto, um monumento só são dignos do título de patrimônio porque temos relações afetivas com eles. A imaterialidade é o que cria valor para o patrimônio.

Nessa percepção é que fica a chave para entendermos o poder do patrimônio. O patrimônio sob esse entendimento não tem existência autônoma, separada de seres humanos. Sendo assim, o poder do patrimônio é necessariamente criado e exercido por seres humanos com suas próprias prioridades e agendas. Por muito tempo acreditamos que o patrimônio cultural tinha existência autônoma, o que era útil para separar e proteger o patrimônio de contextos políticos desfavoráveis. Isso acabou criando a noção de neutralidade do patrimônio, e a ideia de comunalidade do patrimônio para toda a humanidade. Mas também acabou por separar o patrimônio das pessoas que o criam, o mantêm relevante, o conservam. E o efeito mais importante é que essa separação não eliminou as relações de poder com relação ao patrimônio. O que acontece é que as relações são preservadas e replicadas, mas não eliminadas. Mas, porque são consideradas neutras, não são renegociáveis. Ao invés de criar-se um patrimônio neutro, cria-se um patrimônio que preserva, replica, e reforça o status quo de quando recebeu a designação de patrimônio. Com essa preservação do poder, o patrimônio deixa de estar conectado à sociedade que o cria e aos seus valores mutantes. Vira uma relíquia que permite conservar o poder naqueles que tinham voz no passado, impedindo que novas vozes contestem o poder no presente e no futuro.

O patrimônio imaterial, por outro lado, é por definição cambiável. Ele muda de geração em geração, de acordo com a sociedade onde existe. Ele só existe por conta das conexões sociais que o animam. Por isso, ele abre as portas da ideia de valorização estática do patrimônio para uma que libera o poder jazente da identidade que o patrimônio mede.

Apesar dessas possibilidades conceituais, existe uma dicotomia normativa entre os dois domínios. As expressões “folclóricas” que são patrimônio imaterial por excelência (canções, danças, a nossa capoeira, o nosso fandango) acabam considerando-se “cultura baixa”, enquanto o patrimônio material segue sendo “cultura alta”. Essa designação mesma mostra as formas como o poder é contido e mantido através do patrimônio. Quando uma nova categoria de patrimônio (imaterial) é criada, ela é relegada a cultura baixa, e poder desse patrimônio é contestado apenas por aqueles que já tinham pouco poder, enquanto preservamos o poder da cultura alta do patrimônio material.

O patrimônio imaterial abre as portas para o poder do patrimônio, mostra a sua mutabilidade, contestação, e as possibilidades de mudança social através do que consideramos patrimônio ou não. Também refere às diferentes formas através das quais pensamos no patrimônio, o que tem a ver com as disciplinas distintas que forma esse campo multidisciplinar de estudos críticos do patrimônio.

Da mesma forma como a dicotomia entre material e imaterial cria divisões entre quem possui ou não o poder e o controla, da mesma forma as diferentes disciplinas do campo de estudos críticos do patrimônio também podem ter diferentes aspirações a controlar a narrativa do que é patrimônio. A mudança discursiva de material a imaterial, por exemplo, mostra o declínio da arqueologia e a ascensão da antropologia. Muitas outras disciplinas formam esse campo, claro. O que todas elas têm em comum é a ambição de explicar e moldar a realidade através das suas ferramentas analíticas. E, como essa dicotomia nos mostra, escolher uma explicação da realidade cristaliza e perpetua relações de poder. O nosso mandato dentro dos estudos críticos do patrimônio é entender que o poder é sempre negociado, e usar esse poder de forma consciente para transformar a realidade que essas disciplinas tentam explicar.

Cultural e Natural

Outra dicotomia importante no livro é entre patrimônio cultural e natural. A pergunta fundamental é se existe uma divisão entre cultura e natureza, no contexto do patrimônio, que justifique um tratamento diverso. Duas questões subjazem essa dicotomia: os agentes dessa dicotomia, e os mecanismos analíticos que a animam.

Em primeiro lugar é a questão do status do ser humano com relação ao resto do mundo natural. Existem uma presunção humanista de que o ser humano é diferente e superior ao resto da natureza. Somos os mestres do planeta, e cabe-nos a sua salvaguarda e exploração. A questão de poder aqui é clara: a perspectiva antropocêntrica exclui todos os elementos não-humanos de consideração. A cultura é superior à natureza. A natureza serve a cultura. A natureza inclusive só é considerada como patrimônio através das relações culturais que temos com a natureza (portanto, subsumindo o patrimônio natural dentro do cultural). Que a lista do patrimônio mundial da humanidade tenha aproximadamente três vezes mais sítios de patrimônio cultural do que natural protege essa presunção.

O pós-humanismo, por outro lado, desafia essa presunção. É um tema recorrente no livro, e a ideia de que todas as espécies que existem no mundo têm direitos ao planeta. É uma recalibração do poder em direções não-humanas. É uma posição complicada na prática, porque as nossas

articulações de poder acontecem em geral por mecanismos humanos (política e Direito, por exemplo), e aí acabamos com seres humanos representando interesses não-humanos. Mas é uma forma importante de repensar-se nosso lugar no mundo.

O Antropoceno e a mudança climática, também temas recorrentes no livro, lembram-nos do que está em risco na nossa concepção antropocêntrica do mundo e do patrimônio. O Antropoceno é a ideia de que os seres humanos se converteram em forças geológicas, alterando o planeta que sempre consideramos estável e apenas um ente passivo. O planeta reage, e fenômenos como mudança climática, também de criação humana, põe em risco o planeta inteiro. O discurso do pós-humanismo centraliza a importância do que ignoramos, e o patrimônio vira um mecanismo para articular perspectivas não-humanas, ainda que usando mecanismos humanos. O patrimônio cria fóruns onde podemos experimentar com o pós-humanismo e desenvolver as possibilidades práticas para articular o poder da natureza de forma que nos mostre que não somos mais os mestres de tudo. O pós-humanismo convida-nos a relativizar o poder que achamos que temos, e mesmo deixá-lo de lado para responder às consequências da nossa própria ação que levou ao Antropoceno.

Em segundo lugar nessa dicotomia temos a questão do uso de mecanismos de ciências sociais ou naturais para a salvaguarda de diversos tipos de patrimônio. É uma questão intimamente ligada a como conceptualizamos o patrimônio e quem pode atuar com relação a ele (o primeiro ponto dessa seção). Mas também tem dimensões diversas. Voltando à Convenção do Patrimônio Mundial, vale a pena lembrar que ela existe como um híbrido de duas partes da Organização das Nações Unidas para a Ciência, Educação e Cultura (UNESCO, na sigla em inglês). Especificamente, no começo da década de 1970, tanto a parte de Ciência da UNESCO quanto a parte de Cultura começaram a trabalhar em projetos de tratados para regular patrimônio mundial. A parte da Ciência queria regular o patrimônio natural, e a parte da Cultura o patrimônio cultural. Esses dois projetos foram unidos sob a égide da cultura, e viraram a Convenção do Patrimônio Mundial de 1972. Essa história evidencia a coexistência de formas distintas de pensar-se no patrimônio, e como salvaguardá-lo.

Os mecanismos científicos do patrimônio natural presumem verdades absolutas mais facilmente. Presumem que o conhecimento científico é neutro, que o ser humano é parte do problema. Os mecanismos do patrimônio cultural presumem que o ser humano é essencial para criar-se patrimônio, e em teoria parte da ação política e contingente de salvaguarda. A consequência dessa conjunção é centralizar o ser humano e a neutralidade, pegando um elemento emprestado de cada lado. Mas uma versão alternativa, que o Antropoceno e o pós-humanismo facilitam, e pegar elementos diversos de cada parte: fazer com que o ser humano seja parte do problema, e que o

patrimônio seja contingente à ação humana. Nessa nova visão, libera-se o pensamento pós-humanista facilitado através de ação humana.

Pode pensar-se nessas possibilidades de inverter a lógica da relação entre patrimônio cultural e natural com relação às formas como patrimônio cultural tratam de mudanças e risco, um dos temas recorrentes nos capítulos desse livro. Sob o paradigma atual de centralização do ser humano e neutralidade, o patrimônio não pode mudar, e qualquer mudança (causada por mudança climática, desastres, conflito etc.) é uma ameaça ao patrimônio que deve ser evitada, e não gerenciada. O poder do patrimônio é estático, assim como o patrimônio, e mudanças não são bem-vindas. Mas o Antropoceno mostra-nos que mudanças são inevitáveis. O patrimônio imaterial mostra-nos que mudanças são essenciais ao próprio conceito de patrimônio. Tomadas juntamente, temos que o poder do patrimônio está não na sua estaticidade e neutralidade, mas na sua capacidade de mudar, para entender um mundo que muda, um discurso sobre a posição do ser humano no mundo que muda. Libera-se, portanto, o poder do patrimônio em direções que permitem absorver e adaptar-se ao mundo inconstante ao nosso redor.

E, relacionada a essa ideia de mudança, está a relação do patrimônio cultural com o tempo, particularmente o futuro, outro tema recorrente no livro. O patrimônio é normalmente entendido como uma relíquia estável do passado, passivo e que deve ser nada mais que mantido. Esse entendimento impede mudanças, e cristaliza as relações de poder do passado. O estudo crítico do patrimônio mostra-nos, no entanto, que o patrimônio não é só o passado: é algo do passado, escolhido no presente, para criar um futuro. Essa temporalidade mais fluida abre possibilidades importantes para a (re)negociação do poder do patrimônio, seja para benefícios humanos, pós-humanos, ou a viabilidade da nossa continuação no planeta.

Ocidentais e Não-Ocidentais

Outra dicotomia importante no livro é entre visões “Ocidentais” e “Não-Ocidentais” do patrimônio. Sendo esse um livro que convida o contraste entre literatura anglófona e não-anglófona sobre patrimônio, é importante ter-se sempre em mente o contraste de perspectivas diferentes e formas de ver o mundo. O patrimônio é regido por disciplinas, formas, organizações, e pessoas em geral “do Ocidente”, por nacionalidade, treinamento ou afinidade. O preço de entrada para outras perspectivas dentro dos debates sobre o patrimônio é em geral poder emular discursos e formas Ocidentais. Mesmo a Associação de Estudos Crítico do Patrimônio, apesar de trabalhar arduamente para ampliar a conversa, sofre às vezes de tendências ocidentalizadoras (no idioma comum de

conversas sendo o inglês, em membros sendo em grande parte do Ocidente, e até em alguns membros expressando suas preferências por conferências no Atlântico Norte para facilitar seus custos e logística de viagem). O que acontece com esse privilegiamento do Ocidente é que o poder fica para quem pode ser ou parecer ser do Ocidente.

Mas os estudos críticos do patrimônio, e praticamente todos os capítulos desse livro, combatem essa tendência. Uma das principais formas de fazer isso é conectar o patrimônio com “o Outro”, seja esse Outro povos indígenas, afrodescendentes, outras minorias étnicas ou raciais, ou mulheres, todos grupos que aparecem nos capítulos desse livro. Focar-se na identidade do Outro mostra-nos precisamente como o poder do patrimônio foi usado ao longo do tempo para excluir essas perspectivas, e preservar o poder em mãos ocidentais, brancas, cis, hétero, masculinas, sem deficiências, e com capital econômico e social. Os estudos críticos do patrimônio convidam-nos e dão-nos ferramentas analíticas para pensar em visões alternativas.

Um dos mecanismos principais pelos quais o estudo crítico do patrimônio tem dado essas ferramentas é através da exposição e crítica das relações de poder jazentes. Essa descrição, ainda que importante, em geral tem pouco compromisso com justiça social, porque não fala necessariamente de mudança para o futuro, apenas faz a crítica do passado e do presente. Mas, crescentemente, e como mostram-nos vários capítulos no livro, temos mais ânimo para ativismo, dentro dos estudos críticos do patrimônio cultural, para mudar as relações de poder, e não apenas descrevê-las.

Uma das linguagens que usamos para mudança é a emancipação da agência humana. O uso do patrimônio como forma de resistência e protesto é um exercício de agência. Os direitos humanos criam mecanismos políticos, jurídicos, e institucionais para facilitar o êxito das causas manifestadas através de resistência e protesto. E todos esses mecanismos lembram-nos da centralidade da comunidade, e não do patrimônio, para as relações de poder. O patrimônio catalisa o poder, mas o poder fica dentro dos limites da agência humana (e até a implementação de pensamento pós-humanista confirma essa posição, na minha opinião). A forma como exercemos poder através do patrimônio não pode ser escondida ou obstaculizada pelo próprio patrimônio. O patrimônio deve liberar-nos, não nos restringir. Os estudos críticos do patrimônio, inclusive vários dos capítulos nesse livro, mostram-nos como usar essas ferramentas.

As ferramentas que usamos para a justiça social com relação ao patrimônio são às vezes classificadas através de outra dicotomia recorrente no livro, o binário entre público e privado. O público é onde o poder é exercido, em teoria; o privado é onde o poder esconde-se (embora também seja exercido aqui, está menos sujeito à consideração da sociedade). O patrimônio em geral é considerado público, e o privado é o inimigo do patrimônio. Vemos isso na crítica de museus e galerias atuando como entidades privadas, onde escondem-se questões de proveniência e origem de objetos culturais que acabam facilitando abusos (neo)coloniais, por exemplo. Sendo assim, expondo tudo ao público impede esses abusos de poder.

A situação não é sempre clara, no entanto. O uso de mecanismos públicos também pode alienar o patrimônio dos seus criadores, privilegiando uma narrativa nacionalista e empurrando quem desafie essa narrativa para a invisibilidade do privado. Isso acontece com minorias, por exemplo, e até comunidades criadores em geral, que não têm formas de controlar os mecanismos públicos que regem o patrimônio, e só podem usar mecanismos privados que não estão mais disponíveis desde que o seu patrimônio foi declarado público. Esse exemplo contrário mostra-nos que o problema de poder não é inerente ao lado da dicotomia onde encontra-se o patrimônio, mas à posição política e econômica de quem exerce esse poder.

De qualquer forma, mecanismos públicos tendem a criar formas mais claras de expor-se e negociar o poder jazente do patrimônio. Vemos isso por exemplo em esforços de criminalização de atos contra o patrimônio cultural, que expõe ações privadas visando a usar mecanismos do Estado (e, portanto, públicos) para salvaguardar o patrimônio. Mas a criminalização, presumindo o Estado (e por isso o público) como o agente positivo, e quem é criminalizado (em geral um agente particular, e por isso privado) como a parte de ação negativa, reforça uma experiência de poder que pode negar outras possibilidades de uso do patrimônio para negociar poder. Pode criminalizar-se, por exemplo, protestos que visam a renegociar o significado de monumentos racistas ou ofensivos, outro tema do livro.

A criminalização em si não é necessariamente positiva, e correntes de pensamento abolicionistas pedem cada vez mais para que repensemos o exercício de poder com relação ao patrimônio cultural através de mecanismos penais e carcerais. Mas as contribuições desse livro em geral apoiam o uso de mecanismos de criminalização como forma de proteger o patrimônio, e pelo menos expor o seu uso político.

Um dos maiores usos políticos do patrimônio nesse contexto é através de mecanismos de guerra e paz, que também recorrem no presente livro. A justiça de transição, como mecanismo de paz e renegociação de identidades, também aparece no livro para lembrar-nos da volatilidade da

identidade, e de como o patrimônio cultural não é um mecanismo neutro precisando de tutela incondicional do Estado, mas na verdade um palco para a negociação do que é o próprio Estado. O patrimônio, através da justiça de transição, convida-nos a repensar o poder da identidade e como é projetado e (re)cria a sociedade e as suas relações de poder.

Nacional e Internacional ou Transnacional

A centralidade do Estado no binário anterior leva-nos a essa última dicotomia. Esse último binário é talvez o mais explícito no projeto do livro, que afinal de contas tem o subtítulo de “abordagens transnacionais”. Essa dicotomia é formativa do próprio campo de estudos do patrimônio, dadas as conexões entre patrimônio e nacionalismo, e o surgimento da UNESCO como mecanismo de internacionalização do patrimônio. Todos os capítulos do livro engajam-se com essa tensão de uma forma ou de outra.

Uma dessas formas de engajamento, inclusive, é mostrar os limites dessa dicotomia. Ver o patrimônio como ou nacional, ou internacional, torna-nos cegos para pensar em outras formas de ver, pensar, e exercer o poder do patrimônio. Especificamente, a dicotomia dá o poder ou ao Estado, ou à comunidade internacional (através da UNESCO), ignorando outros atores (sejam “o Outro”, as comunidades locais, os criadores, os que ficam no privado, ou a natureza) ou presumindo que as suas vozes são adequadamente ouvidas e exercitadas através do Estado ou da UNESCO. Exercer o poder do patrimônio de forma aberta, intencional, e com vistas à justiça social portanto exige repensar e até rejeitar essa dicotomia.

Uma das formas como os capítulos desse livro convidam-nos a repensar essa relação é desconectando o patrimônio do território. O território, afinal de contas, é um dos principais definidores do Estado, do patrimônio como nacionalismo. Repensar-se essa relação abre horizontes para pensar no patrimônio conectado à identidade, à natureza, até ao espaço sideral. Liberar-nos dessa dicotomia facilita outras formas de ver o poder no patrimônio, usar esse poder, entender o porquê desse poder e a sua finalidade.

O poder do patrimônio é comumente catalisado através de textos normativos, sejam eles jurídicos ou normas profissionais, adotados por agentes do Estado ou por profissionais de patrimônio, dentro de Estados ou por Estados em organizações internacionais. Pensar-se nas fontes e formas das normas que regulam o patrimônio e seus discursos é um mecanismo essencial para entender-se e usar o poder do patrimônio. É uma das avenidas que o discurso emancipatório do patrimônio dentro dos

estudos críticos deve seguir de forma mais consciente e proativa, e um dos temas frequentes desse livro.

Conclusões

Os capítulos dessa coleção revelam-nos as principais tensões do patrimônio. Mostram-nos onde está o poder, e como questionar, canalizar, e utilizar o poder. Cabe a nós – tendo lido e absorvido os contrastes, lições, e provocações desse excelente livro – usar esse poder para promover a justiça social de que o mundo sempre precisa. O patrimônio não é vítima ou testemunha passiva da história. Tampouco são os que o estudam. Adiante, buscando ativamente a emancipação através do patrimônio.